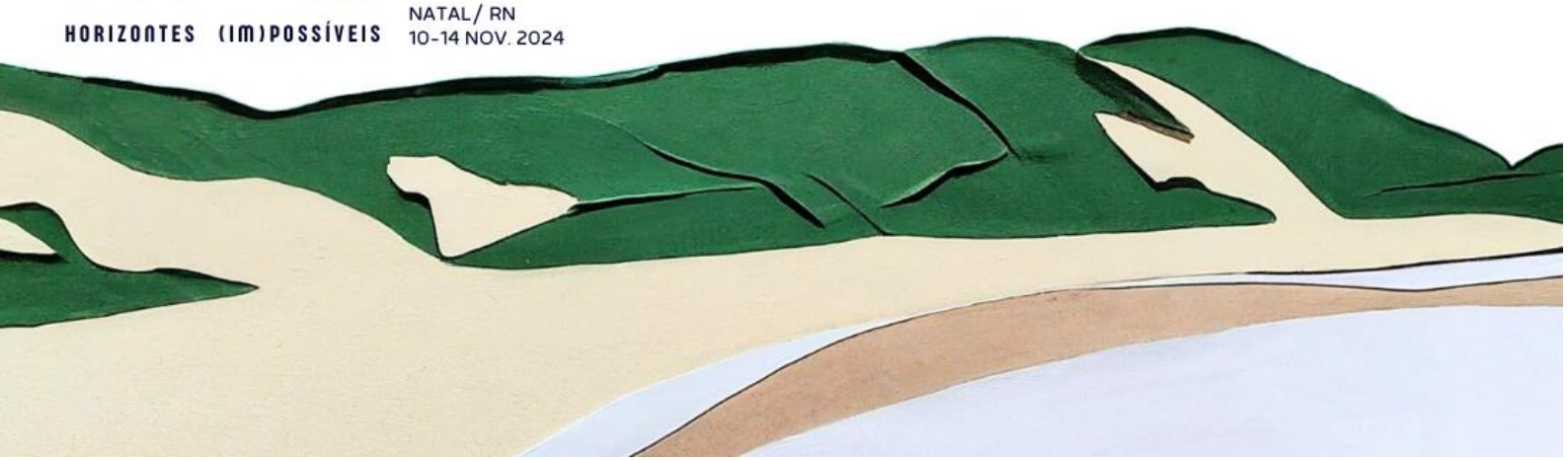
18 SHCU
SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO
HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS
NATAL/ RN
10-14 NOV. 2024



O "MARINHEIRO" E SUA MORADA: A CASA DO PORTUGUÊS FRANCISCO JORGE COMO REFERÊNCIA NA CONFIGURAÇÃO URBANA EM AREIA/PB

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

AZEVÊDO, Natállia da Silva
Doutoranda; PPGAU UFRN
e-mail natalliazevedo@gmail.com
NASCIMENTO, José Clewton do
Professor Dr.; PPGAU UFRN
e-mail jotaclewton@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de contextualizar a instância da matriz territorial da casa do imigrante camponês e carpinteiro, o português Francisco Jorge, a partir da análise do edifício como referência da arquitetura rural portuguesa e sua adequação às especificidades do lugar. O roteiro de análise da arquitetura será de acordo com as premissas do método desenvolvido por Geoffrey H. Baker (1998): breve histórico, idealizador e postura projetual, análise do projeto de arquitetura (gennius loci, identidade, iconologia, significado do uso, plástica, estrutura e materiais), dados que serão complementados com fontes primárias de consulta ao Arquivo Ultramarino de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e autores da historiografia regional de Areia. A casa de Francisco Jorge no Brasil sintetiza características rurais e urbanas e tornou-se ao longo do tempo, um símbolo histórico cultural da cidade de Areia/PB com a denominação popular de Casarão José Rufino, uma casa impregnada de histórias reais e imaginárias.

PALAVRAS-CHAVE: casa pátio de sobrado; matriz territorial; Francisco Jorge Torres; Areia/PB.

ABSTRACT

This article aims to contextualize the instance of the territorial matrix of the house of the peasant immigrant and carpenter, the Portuguese Francisco Jorge, from the analysis of the building as a reference of Portuguese rural architecture and its adaptation to the specificities of the place. The architecture analysis script will be according to the premises of the method developed by Geoffrey H. Baker (1998): brief history, idealizer and design posture, analysis of the architectural project (gennius loci, identity, iconology, meaning of use, plastic, structure and materials), data that will be complemented with primary sources of consultation to the Arquivo Ultramarino de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba and authors of the regional historiography of Areia. Francisco Jorge's house in Brazil synthesizes rural and urban characteristics and has become, over time, a historical and cultural symbol of the city of Areia/PB with the popular name of Casarão José Rufino, a house impregnated with real and imaginary stories

KEY-WORDS: *courtyard house of townhouse; territorial matrix*, *Francisco Jorge Torres; Areia/PB.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo contextualizar la instancia de la matriz territorial de la casa del inmigrante campesino y carpintero, el portugués Francisco Jorge, a partir del análisis del edificio como referencia de la arquitectura rural portuguesa y su adaptación a las especificidades del lugar. El guión de análisis de la arquitectura se realizará de acuerdo con las premisas del método desarrollado por Geoffrey H. Baker (1998): ficha técnica, breve historia, idealiO roteiro de análise da arquitetura será de acordo com as premissas do método desenvolvido por Geoffrey H. Baker (1998): breve histórico, idealizador y postura de diseño, análisis del proyecto arquitectónico (gennius loci, identidad, iconología, sentido de uso, plástica, estructura y materiales), datos que se complementarán con fuentes primarias de consulta al Arquivo Ultramarino de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba y autores de la historiografía regional de Areia. La casa de Francisco Jorge en Brasil sintetiza las características rurales y urbanas y se ha convertido, con el tiempo, en un símbolo histórico y cultural de la ciudad de Areia/PB con el nombre popular de Casarão José Rufino, una casa impregnada de historias reales e imaginarias.

PALABRAS CLAVE: *casa patio de la casa adosada; matriz territorial*, *Francisco Jorge Torres; Areia/PB.*

INTRODUÇÃO

> "Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós.
>
> Mas é também um homem muito diferente de nós." (Ginzburg, 2006, p. 9)

Circula no imaginário coletivo de Areia a história de um homem que construiu o primeiro sobrado. O português conhecido como Marinheiro Jorge se estabeleceu no Brasil e quando retornou à Portugal para buscar sua noiva ela não teve coragem de atravessar o mar, então, casou-se com sua irmã, Maria Franca, com quem constituiu família e muita riqueza na região.

Além do conto popular, este homem produziu um artefato que possibilita conhecer sobre sua mentalidade coletiva, origens e referências, ou seja, a sua própria casa. Por anos, seguia como uma espécie de lenda, mas em 2018, nos duzentos anos do sobrado, teve início uma pesquisa que permitiu reconstituir parte da sua vida e das suas aspirações devido a acessibilidade aos acervos digitais do Arquivo Ultramarino de Lisboa, aos Documentos da Freguesia de São Pedro da Cadeira – Patriarcado de Lisboa e visitas de campo as suas primitivas propriedades.

Este artigo[1] tem o objetivo de contextualizar a instância da matriz territorial da casa deste imigrante camponês e carpinteiro, a partir da análise do edifício como referência da arquitetura rural portuguesa, adequando às especificidades do lugar, como topografia, relação com a forma urbana e análise arquitetônica.

O roteiro de análise da arquitetura será de acordo com as premissas do método desenvolvido por Geoffrey H. Baker (1998): breve histórico, idealizador e postura projetual, análise do projeto de arquitetura (gennius loci, identidade, iconologia, significado do uso, plástica, estrutura e materiais), dados que serão complementados com fontes primárias de consulta ao Arquivo Ultramarino de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e autores da historiografia regional de Areia, cidade onde se localiza o referido edifício.

[1] Este artigo refere-se aos estudos iniciais concernentes a tese de doutorado que está sendo desenvolvida no PPGAU UFRN, cujo objetivo da tese é investigar como ao longo do tempo este edifício se constitui como artefato cultural a partir da sua dimensão história e de valoração para a preservação da sua memória.

A casa de Francisco Jorge no Brasil sintetiza características rurais e urbanas e tornou-se ao longo do tempo, um símbolo histórico cultural da cidade com a denominação popular de Casarão José Rufino, uma casa impregnada de histórias reais e imaginárias.

DISPUTA AO CARGO DE CAPITÃO-MOR

A Vila Real do Brejo de Areia foi criada em 30 de agosto de 1818. Houveram quatro candidatos ao cargo de capitão-mor e, em 17 de setembro de 1818 a Câmara Municipal de Areia dirigia-se:

> "[...] ao governador da Capitania – Thomaz de Sousa Mafra, declarando que havia procedido à eleição para **capitão-mor, tendo sido eleito em 1º lugar, por unanimidade de votos, Francisco Jorge Torres**. Propunha, pois, fosse ele o nomeado por possuir as qualidades exigidas no alvará de 18 de outubro de 1709 e decreto de 9 de outubro de 1812. Alongando-se na abonação das qualidades do primeiro escolhido, afirmava que não lhe faltavam os **"requisitos necessários": era maior de quarenta anos de idade, "branco de boa linhagem", estabelecido na Vila "com maiores giros", além de "bem visto e querido dos Povos"**. E recordava que ele havia prestado "serviços a Sua Majestade com seus donativos na contra revolução" **tendo sido quem mais contribuira na "criação da Vila para complemento as sua Casa de Câmara, Cadeia e mais Oficinas Públicas, como consta de competente Livro dos Termos"**.
>
> Dos nomes apresentados ao Governador para a nomeação do capitão-mor, vinha em **segundo lugar o de Bartholomeu da Costa Pereira**, que também possuía os requisitos exigidos, pois era "capitão de ordenanças confirmado, maior de quarenta anos, morador desta Vila, bem afazendado de posses e boas qualidades", **mas não tendo como o primeiro " os serviços acima ditos para as obras da Vila"**. (Almeida, 1937, p. 10 e 11 – grifo dos autores)

Antônio da Cunha Vasconcelos, pleiteava em terceiro lugar e possuía os atributos requeridos mas "*de menores posses do que os acima referidos*" (Almeida, 1937, p. 11), e, em quarto lugar Manuel Fernandes Rangel, que não teve seu nome na lista, fato que o fez suplicar ao Governador em 4 de novembro de 1818 frente as "*injustiças*" pois havia "*mandado fazer as pedras do Pelourinho*" e "*oferecera cem braças de terras com meia légua de fundo para o patrimônio e cem mil réis em dinheiro para as obras públicas e oficinas das mesma, como consta do livro de subscrição dos Termos*" (Almeida, 1937, p. 11), e o Governador enviou resposta para Câmara:

> "O Ilmo. Sr. Governador por despacho datado de hoje foi serviço aprovar a proposta que V. Mcês. lhe dirigiram em data de 17 de setembro do corrente, **para o Capitão-Mor desta Vila novamente creada mandando passar a patente ao segundo proposto Bartholomeu da Costa Pereira, por faltarem no primeiro – Francisco Jorge**

> **Torres – os requisitos necessários de nobre e conhecimentos ainda os mais ordinários, publicamente trabalhando como carpinteiro como ele mesmo o declarou ao dito Sr. Governador, confessando ser esta a sua arte, mencionando as obras que tem feito por este ofício**, o que manda estranhar a V. Mcês. por conhecerem ocularmente este ofício do dito Torres e alegarem que descende de boa linhagem, **quando ele declarou na sala do governo ser filho de um almocreve**, sem atenderem as disposições das leis a este respeito, que V. Mcês. infligiram. O que tudo de ordem do mesmo Ilmo. Sr. participo a V. Mcês. para suas inteligências, e para fazerem avisar ao dito Bartholomeu da Costa Pereira que deve procurar a sua patente na secretaria deste governo. Deus guarde a V. Mcês. – Parahyba, 26 de novembro de 1818, Jeronymo José Roiz Chaves." (Almeida, 1937, p. 11 – grifo dos autores)

Tal atitude gerou dissensos entre a Câmara e Bartholomeu da Costa que era recorrente cobrado das obras destinadas à criação da Vila, sobretudo, os vereadores mantém a postura defensiva da escolha do Francisco Jorge por suas posses e prestígio social, ressaltando que "*voluntariamente se oferecia para fazer todas as despesas concernentes a criação da Vila*" e que foi eleito em primeiro lugar e "*depois repudiado pelo governador*". (Almeida, 1937, p. 13)

De fato, foi enviado ao governador requerimento de protesto por dois areienses e pelo comandante da povoação de Pilões informando "*a repugnância que causará aos habitantes dessa localidade ter para Capitão-mor Francisco Jorge Torres, indicado em primeiro lugar entre os propostos, por ser inteiramente inábil, exercer o ofício de mecânico e cabeça de partido de europeus contra brasileiros*" (Lins, 1948, p. 72). O Governador solicita informações ao comandante do destacamento da Vila sobre Francisco Jorge e requerimento assinado dos que o queriam para Capitão-mor, recebendo um número reduzido de assinaturas e atestando:

> "querendo ficar sem escrúpulo algum, por ser também acusado de não saber ler, nem escrever" manda convidá-lo a comparecer à Sala do Governo. Em presença do Governador e oficiais, **Francisco Jorge Torres declara que é carpinteiro, tendo trabalhado em sua mocidade como jornaleiro [trabalho por jornadas – grifo do autor], não sabe ler e é filho de almocreve. Convidado a escrever o seu nome e mais algumas palavras, o faz com muita dificuldade, auxiliado por uma das pessoas presentes**." (Lins, 1948, p. 73– grifo dos autores)

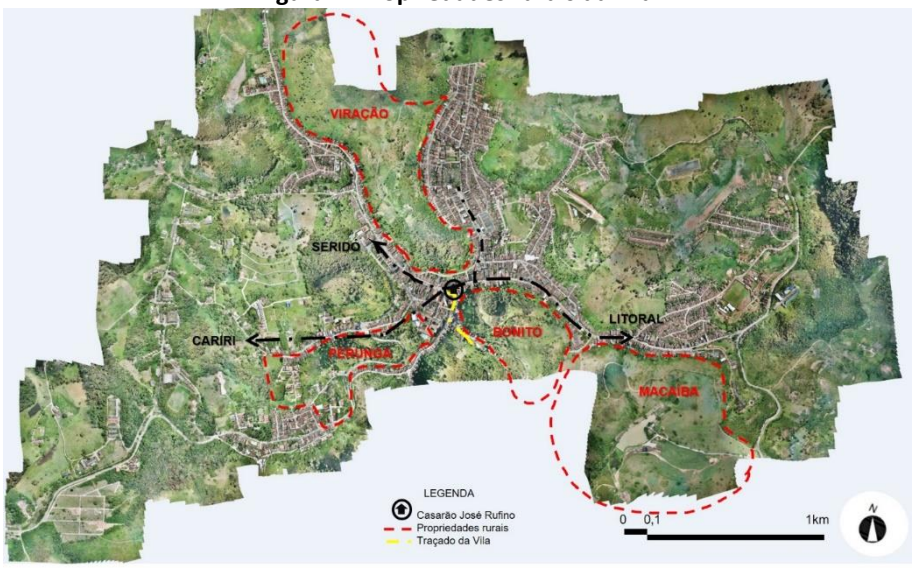
Com base nestas informações, é notória a participação de Francisco Jorge enquanto carpinteiro, ofício ligado a construção civil, e ativo construtor de edificações e obras na criação da Vila[2], mesmo que destituído do cargo após setenta dias.

[2] "Em nossa mocidade tivemos o desejo de conhecer os nomes que alicerçaram a cidade de Areia e, na sucessão de suas construções, é de justiça não esquecer Francisco Jorge Torres. Português de nascimento chegou ao povoado do Brejo de Areia ainda muito moço com a profissão de carpinteiro que muito o honrava. Homem

As disputas ao cargo de capitão-mor na vila podem ser interpretadas a partir localização das propriedades rurais de Francisco Jorge e Bartolomeu da Costa, em comparação ao centro da cidade [figura 1], ou seja, o largo da matriz e a antiga Rua Direita (atual Rua Getúlio Vargas):

> "Bem no centro, estreita-se de tal forma o terreno que apenas comporta uma rua, cujas casas, suspensas sobre abismos, ocultam, com afetada petulância, o perigo que ameaça tragá-las. **De um lado, está a grota do Bonito, do outro, a do Quebra, despenhadeiros sobre os quais assentam as partes traseiras dos edifícios.**" (Almeida, 1980, p.300
> – grifo dos autores
> "O português Jorge Torres havia chegado a Areia ao despontar do século, ainda bem moço, com algumas economias que amealhara no Recife. Estabeleceu-se no povoado com **casa de negócio e bolandeira de descaroçar algodão**, ao mesmo tempo que se alargava na agricultura e na criação de gado. Construiu **o primeiro sobrado da vila, muitas casas de morada, armazém e instalações de beneficiamento de algodão, assim como fundou a propriedade Macaíba, com água canalizada para a casa grande e engenho, os sítios do Pirunga e do Bonito**, além da propriedade Rapador, em Alagoa Grande. **Uma rua inteira levantou no povoado, em cujo centro fica o Beco do Jorge**, que ainda hoje lhe guarda o nome. **O sobrado onde morava, nas proximidades do Beco do Jorge, só de quartos contava 33, sem falar nas outras peças que eram muitas.** Sua obra mais caprichada foi, sem dúvida, a fazenda Tanques do Jorge, a poucas léguas do povoado, nos limites do agreste com o Curimataú. Ali realizou trabalhos notáveis em cantaria, casa, curral, curtume, fornos de cal, tanques, cercados e até uma barragem com bebedouro para o gado, tudo em obra de alvenaria tão sólida que nem a ação do tempo foi capaz de destruir." (Almeida, 1980, p.25-26 – grifo dos autores)

Figura 1: Propriedades rurais da vila



Fonte: Desenho em base aerofotogramétrica do DECIDE TCE/PB (2023)

trabalhador e econômico como soam ser todos os portugueses, em poucos anos **acumulou regular fortuna com que comprou numerosa escravatura e terras de agricultura e criação de gado. Entre os benefícios que legou à cidade de Areia ainda se aponta o sobrado em que residiu, cujo arcabouço, todo em pedra, é, talvez, a construção mais sólida entra as que lá se encontram, e a senzala que ficava ao lado, no primitivo beco do marinheiro Jorge.**" (Lins, 1948, p. 74 – grifo dos autores)

Almeida (1980, p. 63) atribui a propriedade do vale do Quebra à Bartolomeu da Costa Pereira[3], em referência a sua primeira denominação como Engenho Viração e que também consta na escritura do imóvel, o que suscita que o nome da fonte prevaleceu como denominação principal.

O lado da rua conectado ao Vale do Quebra reúne dezenas de sobrados e correspondiam aos lotes lindeiros às terras do capitão-mor Bartolomeu da Costa, do outro lado da rua, o Casarão José Rufino, e uma sequência de imóveis predominantemente comerciais e térreos com quintais voltados ao Vale do Bonito, propriedade rural de Francisco Jorge. Esta consolidação urbana permite-nos interpretar a expressão popular local em Areia de que havia "*a calçada dos ricos e a calçada dos pobres*", quando na verdade comportamentos sociais foram moldados em relação a circulação no espaço público entre os sobrados na propriedade do capitão-mor e do outro lado os imóveis comerciais térreos na propriedade do produtor rural, carpinteiro e contrutor, Francisco Jorge.

BREVE HISTÓRICO DA CASA

Finalizado em 1818 para morada da família de imigrantes portugueses, Maria Franca e Francisco Jorge. Foi herdado pela filha do casal, homônima Maria Franca Torres e seu marido Santos da Costa Gondim, em seguida, a neta do marinheiro, Adelaide Joconda da Costa Gondim (Iaiá) com seu marido Rufino Augusto de Almeida habitaram de 1895 a 1907 e mantiveram comércio nas dependências com portas para a rua no térreo. Iaiá, teve cinco filhos: Maria Eugênia, Elpídio, Pedro Augusto, José Rufino e Horácio de Almeida. (Moreira in TJ-PB, 2007, p.23)

Em 1910 foi vendido para a família Chianca, que manteve anexo comércio de armarinho, sendo habitado por Filipe, Leopoldina e Ana. Na década de 1960 apresentava intenso processo de degradação ao ponto crítico de ficar abandonado. (Moreira in TJ-PB, 2007, p.24)

---

[3] " [...] Francisco Lins Fialho, filho do capítão-mor Bartolomeu da Costa Pereira. Este último, dono do engenho Viração, [...]. Como presidente da Câmara Municipal de Areia em 1837[...]" (Almeida, 1980, p. 63 – grifo dos autores)

Em 1971, foi arrematado por José Rufino de Almeida em hasta pública e retorna ao patrimônio da família. Entre 1971 e 1975, José Rufino custeou a restauração do imóvel considerando as práticas de sua época e com resgate afetivo da história do seu bisavó, o Marinheiro Jorge, designando para a obra o seu filho, o engenheiro Antônio Augusto de Almeida. (Moreira in TJ-PB, 2007, p.25)

Após esta restauração, o imóvel foi popularmente denominado Casarão José Rufino. As atividades de uso pretendidas por José Rufino eram de visitações e em especial nos festivais de Arte e Cultura, que na sua terceira edição em 1978, hospedou o escritor Jorge Amado e companhia de José Américo de Almeida. (Moreira in TJ-PB, 2007, p.26)

Em 1979, devido ao falecimento de José Rufino, o imóvel foi herdado por sua companheira Nilza e filhas que habitaram o imóvel, mas tiveram problemas de manter a sua conservação, e no início da década de 1990 o venderam ao Tribunal de Justiça da Paraíba. Entre 1995e 1997, o TJ-PB adaptou as instalações do sobrado para o novo uso de Fórum da Comarca de Areia que funcionou até o início do século XX.

> "As adaptações feitas no Casarão para as atividades forenses fizeram-no perder mais alguns de seus elementos originais (abertura de vãos para a ampliação de espaços, fechamento de vãos de portas e janelas, substituição de pedras do piso da antiga cozinha do térreo, bem como dos suportes de pedra para engaste das mesas rústicas que serviam para essa cozinha, etc.). (MOREIRA, TJ-PB, 2007, p. 27)

Mais uma vez sem ocupação volta degradar-se, e numa ação conjunta do IPHAN, IPHAEP, TJ-PB e Prefeitura Municipal de Areia firma-se o Termo de Compromisso nº 85/2006 para cessão de uso do imóvel em caráter de cooperação com finalidade de ocupar o espaço com atividades culturais e turísticas, sendo reaberto em 17 de março de 2007 após obras de recuperação realizadas com orientação técnica e recursos do IPHAN. (Moreira in TJ-PB, 2007, p.27)

A recuperação previa novos espaços para a comunidade com: o Memorial da Justiça da Comarca de Areia; o receptivo da Secretaria de Turismo Municipal; e as atividades de extensão da casa do Patrimônio do Iphan-PB, em face do tombamento em 2005 pelo IPHAN do Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia. Neste momento, as atividades são ligadas a participação da comunidade cultural e grupos artísticos com espaços para oficinas de arte, mostra e exposições e apresentação de produtos locais e artesanato da cultura

regional. Este Termo de Cessão de Uso foi renovado mais duas vezes em 2018 e 2022 prezando por usos culturais e em busca de manter atividades que promovam a difusão, conservação e preservação do patrimônio. (Moreira in TJ-PB, 2007, p.28-33)

Em janeiro de 2023, o piso de salas no térreo apresentava estado de degradação avançado e a Prefeitura Municipal empenhou recursos na sua substituição, contudo, um descompasso na equipe técnica promoveu danos em tijoleiras e soleiras. Foi firmado um Termo de Compromisso entre o Iphan-PB e a Prefeitura que contratou equipe para elaboração de laudo arquitetônico e arqueológico como base para desenvolver o projeto de reversão de danos e consolidar a sua integridade de acordo com a trajetória histórica e as técnicas construtivas tradicionais.

REFERÊNCIAS À ARQUITETURA RURAL TRADICIONAL PORTUGUESA

Idealizador e postura projetual

> "Ainda hoje a cultura de classes subalternas é (e muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente oral, e os historiadores não podem se pôr a conversar com os camponeses do século XVI (além disso, não se sabe se os compreenderiam). Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. É o que basta para desencorajar, antecipadamente, as tentativas de pesquisa nesta direção." (Ginzburg, 2006, p.13)

Francisco Jorge[4] nasceu em 26 de novembro de 1770 na Cerca, Freguesia de São Pedro da Cadeira, Torres Vedras, Portugal e faleceu em 1852 na cidade de Areia, Paraíba, Brasil. Tornou-se conhecido como Marinheiro Jorge, como todos aqueles que vinham pelo mar e adotou como sobrenome a denominação do seu lugar de origem, Torres. Filho de Francisco Jorge e Antonia Maria, do lugar da Cerca da Freguesia de São Pedro da Cadeira a 50 km ao norte de Lisboa. Teve três irmãos todos nascidos na Cerca: Antonio[5] nasceu em 27 de

[4] PT-ADLSB-PRQ-PTVD14-1-B5_m0264.TIF, Arquivo Ultramarino de Lisboa.
[5] PT-ADLSB-PRQ-PTVD14-1-B5_m0274.TIF, Arquivo Ultramarino de Lisboa.

dezembro de 1771; Maria[6] nasceu em 07 de março de 1773; Domingos[7] nasceu em 07 de novembro de 1774.

Era o primogênito e ficou órfão do pai aos três anos de idade com dois irmãos e sua mãe grávida do quarto filho. Na ocasião seu pai, aos 59 anos faleceu em 29 de julho de 1774 e seu corpo está sepultado no interior da igreja de São Pedro da Cadeira, na ocasião foi "*amortalhado no hábito de São Francisco*"[8].

Casou-se com Maria Paulla em 21 de junho de 1813 na Igreja de São Pedro da Cadeira, e foram "*dispensados em terceiro grau de consaguinidade*"[9]. Após um mês retorna ao Brasil com sua esposa e seu sobrinho, Domingos Jorge, conforme o registro no seu passaporte[10] com *"REQUERIMENTO de Francisco Jorge Torres, ao príncipe regente (D. João) solicitando passaporte para ir à Paraíba com a família"* datado de Lisboa 24 de julho de 1813.

Como pode-se constatar, Francisco Jorge embarca de Lisboa para Pernambuco com destino *"de onde veio"* e se declara residente do Brejo d'Areia na Paraíba, produtor de algodão e natural de Torres Vedras. (NOTA TÉCNICA nº 5/2023/ETA-PB/IPHAN-PB)

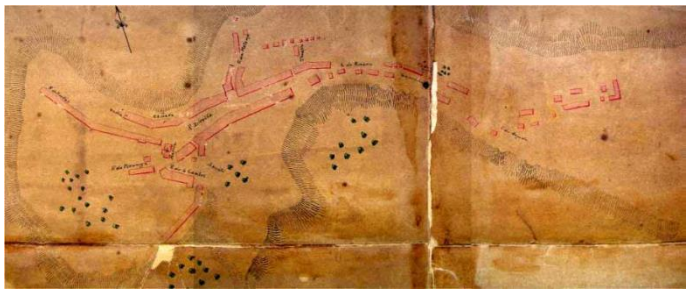
Produtor de algodão, açúcar, gado e couro. Era proprietário do engenho Rapador, em Alagoa Grande, dos sítios Pirunga, do Bonito e Macaíba, em Areia, e da propriedade Tanques, em Remígio, já no domínio do Curimataú. Nos Tanques mantinha um curtume, fornos de cal e tanques. No Sobrado mantinha sua residência, uma senzala, bolandeira e armazém para beneficiamento de algodão. (NOTA TÉCNICA nº 3/2023/ETA-PB/IPHAN-PB)

---

[6] PT-ADLSB-PRQ-PTVD14-1-B5_m0288.TIF, Arquivo Ultramarino de Lisboa.
[7] PT-ADLSB-PRQ-PTVD14-1-B5_m0308.TIF, Arquivo Ultramarino de Lisboa
[8] PT-ADLSB-PRQ-PTVD14-3-O3_m0143.TIF, Arquivo Ultramarino de Lisboa.
[9] PT-ADLSB-PRQ-PTVD14-2-C6_m0018.TIF, Arquivo Ultramarino de Lisboa.
[10] "O Doutor João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães, Desembargador da Casa de Supplicação, que sirva de Intendente Geral da Polícia do Reino &C. Attesto que nesta Intendência Geral da Polícia não se encontra procedimento que ao presente possa obstar ao trânsito que Francisco Jorge Torres fabricante de algodão, de idade de quarenta annos, natural de Torres Vedras, e sua mulher Maria Paula Franca de cujo casamento fica a competente certidão nesta Intendência, pretendem fazer desta Capital para Capitania da Paraíba, levando em sua companhia seu sobrinho Domingos Jorge, menor de onze annos: Examinados o referido mandei grafar a presente permissão ajuizado Lisboa 23 de julho de 1813. João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães". *D*ocumento 03, AHU_ACL_CU_014, Cx. 49\Doc. 3441, Arquivo Histórico Ultramarino.

Razões políticas, econômicas e sociais podem ter motivado a sua imigração. Em 1789 a Revolução Francesa muda a configuração geopolítica da Europa. Napoleão Bonaparte, para expandir as fronteiras do seu império, entre 1807 e 1810, ordenou três invasões a Portugal. Para proteção de Lisboa, o exército de Portugal criou duas linhas de defesa na região de Torres Vedras. Fortificações militares que foram determinantes em batalhas que viriam a expulsar o exército de Napoleão de Portugal e seu consequente declínio. Em 28 de novembro de 1807 a família real portuguesa aporta no Brasil com sua corte. Com sua chegada, D. João em 1808 decreta a abertura dos portos e consequentemente a facilidade de imigração tornou-se forte atrativo para portugueses que buscavam novas oportunidades na colônia. Talvez tenha sido esse o período da vinda de Jorge. (NOTA TÉCNICA nº 3/2023/ETA-PB/IPHAN-PB)

Figura 2: Ocupação de Areia em 1847

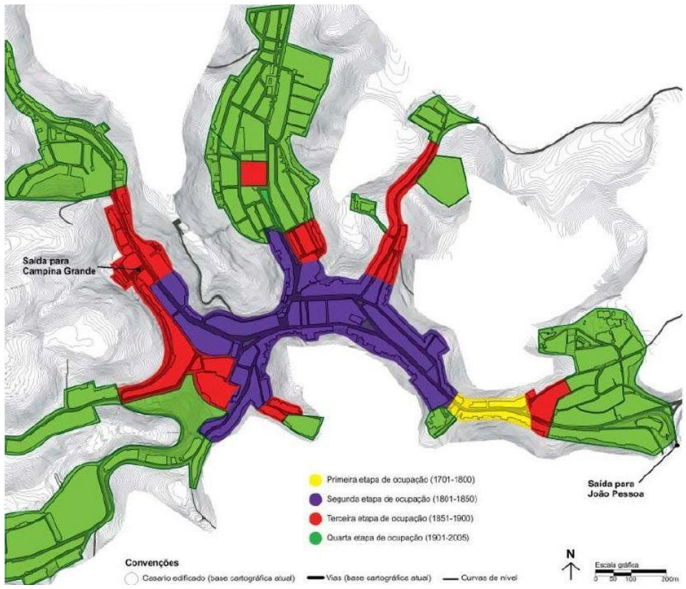


Fonte: Arquivo do Exército (1847)

Figura 3: Localização da morada do Marinheiro

Fonte: PBTur (2018)

Figura 4: Etapas do processo de crescimento urbano de Areia (1701-2005)



Fonte: Moraes (2008, p. 134)

Sobre estas constatações cabe-nos citar Costa (1937):

> "[...] em artigo sobre A arquitetura do Brasil, afirmava-se: ... "as casas individualmente nada valem como obra de arquitetura"..., citando-se a seguir, em apoio de tal asserção, este período de Sr. Aníbal de Matos: "**Fundadas todas as casas por portugueses incultos, trouxeram de suas aldeias o tipo desproporcionado e sombrio das velhas construções**". **Ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, ao nosso ver, interesse maior que a "erudita" [...]. E nas aldeias o aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras [...]. Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros "incultos" – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na colônia, esse ar despretensioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX**." (Costa, 1937, p. 31 – grifo dos autores)

Do ponto de vista projetual, a construção da morada do Marinheiro se dá ao modo como interpretava ser uma casa rural portuguesa, de acordo com sua vivência, dado que há indícios que esta seria a casa-sede de suas propriedades rurais antes da fundação da vila, ou até mesmo que a casa-mãe de suas propriedades rurais e atividades comerciais as quais proporcionaram a implantação vila em 1816.

A partir do contexto no qual a casa foi construída, a postura e escolhas projetuais de Francisco Jorge tornam-se coerentes com o seu momento histórico e, a seguir, analisaremos a sua arquitetura, a partir da metodologia de Bakker: gennius loci, identidade, iconologia, significado do uso, plástica, estrutura e materiais.

Gennius loci

> "Espírito do lugar, características geralmente difusas que a convertem em algo único. Os exemplos mais esplêndidos da arquitetura são aquelesque captam este espírito e abrigam as qualidades intrínsecas da paisagem e da cultura". (Baker, 1998)

O imóvel localiza-se lindeiro ao antigo caminho que conduzia os tropeiros do litoral ao Sertão, e está conectado ao vale do Bonito - propriedade rural de Francisco Jorge - através do seu quintal e do Beco do Jorge em extensão à Rua do Bonito (atual Rua Rodolfo Pires). De modo peculiar, a localidade era estratégica devido o entroncamento de estradas, conforme registrado no requerimento do Sr. Francisco Cardoso de Melo para o posto de alferes, designa:

> "[...] nomeio o dito Francisco Cardoso de Mello no posto de alferes da Companhia que foi criada de novo no ***Distrito do Bruxaxá [antiga denomição da Vila – grifo]*** desde o lugar do Rodeador pelas duas estradas que vão para ***o Siridó e Cariri*** até contestar com os Distritos alheios, numas das de Infantaria da ordenança de Mamanguape, termo da Vila de Monte Mor Sebastião Nobre de Almeida[...]" (AHU_ACL_CU_014, Cx. 43\Doc. 3025 – grifo dos autores)

A implantação em contato direto com o largo da matriz e área comercial da cidade possuem enquadramento visual que permite ampla visibilidade da rua, tanto de quem vem do litoral quanto de quem vem do Sertão, além do controle de suas propriedades [figura 3].

A ocupação da cota mais alta da montanha e o fato de tratar-se do primeiro sobrado construído na vila lhe garantiam imponência como monumento urbano e permite visuais da paisagem da serra da Borborema em especial dos vales ao sul através do mirante no quintal.

O imóvel é certamente a casa sede de uma propriedade rural que foi incorporada à Vila, e por este motivo, a assertiva de que haveriam senzalas urbanas pouco comuns podem de fato estar associadas ao uso de celeiro de mercadorias, inclusive com dormitório para escravizados, usos ligados as atividades rurais e também ao comércio em rotas de tropeiros ligados ao Porto Salema em Mamanguape, o Cariri e o Seridó, fato que pode ter conferido sucesso aos negócios de Jorge Torres.

Identidade

> "Relação com a produção arquitetônica da época do passado no momento em que foi edificado, seu contexto histórico e cultural do lugar de onde a obra se encontra e sua cultura arquitetônica." (Baker, 1998)

Apresenta similaridade com os tradicionais sobrados no Nordeste, a exemplo do imóvel urbano do Pátio de São Pedro em Olinda, com características descritas por Smith (1969) a exemplo de um dos elementos mais característicos da casa colonial brasileira do século XVIII e XIX, tanto urbana quanto as de campo, que são os quintais ou pátios onde localizavam-se áreas utilitárias como senzalas, cocheiras e de onde partiam escadarias para os aposentos da família, era um ambiente delimitado por dois ou três alas do edifício. (Smith, 1969)

> " A planta dessa residência do século XVII foi descrita com minúcia em virtude de sua importância como arquétipo da arquitetura residencial do Brasil colonial e, para maior facilidade de referência, faremos a seguir uma recapitulação de seus elementos. Assim, temos no andar térreo: (1) a loja com o depósito adjacente e os quartos de escravos ou de hóspedes; (2) as peças à parte para fins de guardados ou trabalhos domésticos; (3) o saguão de entrada e a escada. No sobrado: (1) a grande sala de frente em comunicação direta com a varanda da fachada; (2) o corredor central com (3) as filas de quartos ou alcovas; (4) a grande sala de jantar e estar aos fundos com escada externa para o quintal; (5) a cozinha ao lado da sala dos fundos." (Smith, 1969)

Desse modo, se assemelha a diversas outras construções de sobrados da mesma época, porém, a configuração de casa pátio com senzalas e varanda na parte posterior do imóvel são características marcantes da sua identidade [figura 5].

Figura 5: Fachadas e pátio da antiga residência de Francisco Jorge

Fonte: Prefeitura Municipal de Areia (2008)

Iconologia

> "O significado da imagem e a interpretação de um tema através do estudo abrangente do contexto cultural e histórico do objeto de estudo."(Baker, 1998)

A casa rural tradicional portuguesa (Oliveira; Galhano, 1992, p. 11-14) representa uma "*complexa variedade dos seus aspectos arquitetônicos, etnográficos, culturais, sociológicos e históricos*" e de acordo com os fatores do meio geográfico:

> "Pode dizer-se que em Portugal ocorrem, em inúmeras versões e variantes regionais, os géneros básicos conhecidos da casa popular: casas térreas e casas de andar, ou casas-torres; casas-blocos e **casas de pátio**, aberto ou fechado; casas de pedra, granito, xisto ou calcário, conforme a natureza dos solos e o costume local, e casas de materiais leves, de taipa, adobo ou tijolo – e hoje de cimento e de « blocos » –, e de madeira; coberturas de palha, de materiais vegetais em geral, de telha, artesanal ou de fábrica, de lajes de pedra, e de uma, duas, três ou quatro águas; **casas isoladas, no meio das terras ou bordando os caminhos, nas áreas de povoamento disperso ou com tendência para a disseminação, e casas alinhadas e arruadas umas a seguir às outras nas áreas de povoamento concentrado ou nos aglomerados urbanos**; [...] **A casa sobradada, além de ser do tipo urbano normal, mostra, nos níveis rurais, as mais das vezes e nos casos mais expressivos, o térreo para gado e arrumações, o andar para a habitação das pessoas. Ela é fundamentalmente a casa campesina nortenha característica**, de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira Transmontana, Beira Alta e Beira Baixa, região de Coimbra e **terras saloias dos arredores de Lisboa**." (Oliveira; Galhano, 1992, p. 17 – grifo dos autores)

A casa rural portuguesa foi adaptada por séculos pelos camponeses ao norte de Lisboa, pequenos lavradores independentes com forte sentido de propriedade que concentravam "*um complexo agropecuário sob o teto da própria casa*" através de um conjunto de edificações conectadas por um pátio voltado para o poente onde possam secar cereais. O compartimento essencial é a cozinha, onde as pessoas se reúnem e que alimenta os trabalhadores, destacando-se o fogão, lareira ou forno em pedra para aquecer a casa no inverno. A escada de pedra ao centro dá acesso à varanda em madeira com patim onde se acessam os dormitórios. (Oliveira; Galhano, 1992, p. 13)

Em região serrana, implantada em áreas estratégicas de encosta é um tipo de sistema defensivo encastelado com amplo campo de visão para defesa de suas propriedades, "*aos modos da cultura arcaizante dos castros pré-romanos*". Mais que um abrigo, representa sistemas patriarcais e o nome da própria família por gerações. É um instrumento agrícola para suprir as necessidades da produção na lavoura, e ao mesmo tempo, ser o alojamento das pessoas, dos estábulos, das lojas e de arrumação das ferramentas. Relaciona-se com a natureza do lugar onde está implantada como uma construção sólida e a sua forma tem como

principal característica advinda de construções primitivas em que o homem habitava acima de onde os animais passavam a noite. (Oliveira; Galhano, 1992, p. 487, 488)

> " [...] fala Spengler: uma realidade afectiva que exprime o sentido ancestral da terra, o elo das gerações, o conservantismo rural. **Ali, o sentido da família é muito forte, e, se não propriamente a família extensa qualificada (a não ser talvez em terras transmontanas e serranas, onde perduram mesmo formas comunitárias), ela tem um marcado cunho patriarcal; e a unidade familiar reflectia-se na casa, cujo nome, por vezes, ditou o nome da família.** Aliás, quando a casa é grande, é mesmo ela que, em muitos casos, determina ou sustenta a unidade da família extensa, cujos membros nela continuam a coabitar. **A casa identifica-se à família, à terra, ao trabalho da terra, base económica fundamental e, até à época presente, praticamente única da vida; ela era mesmo (como, em certas regiões, a própria rua da aldeia) mais um aspecto daquele trabalho, um anexo da lavoura.**" (Oliveira; Galhano, 1992, p. 496, 497 – grifo dos autores)

Embora existam situações diversas de técnicas construtivas em torno do estilo de casa para cada região, identifica-se um elemento arquitetônico singular a diversos casos: a casa-pátio (Oliveira; Galhano, 1992, p. 15).

> "[...] e se **o pátio é, sem dúvida, um elemento funcionalmente vantajoso em qualquer caso, o aspecto de cidadela fechada, vedada ao acesso de estranhos, que ele aqui toma, parece poder explicar-se fundamentalmente por razões histórico-culturais, como sobrevivência de uma remota forma que tinha em vista a defesa contra assaltos ou depredações**." (Oliveira; Galhano, 1992, p. 37 – grifo dos autores)

Além do pátio da casa assobradada rural característica das regiões saloias de Lisboa, destaca-se a presença da varanda como elemento marcante da casa rural assobradada portuguesa e que na região transmontana tem características próprias e singulares, não havendo especificidade de localização, mas geralmente existente aos fundos da casa:

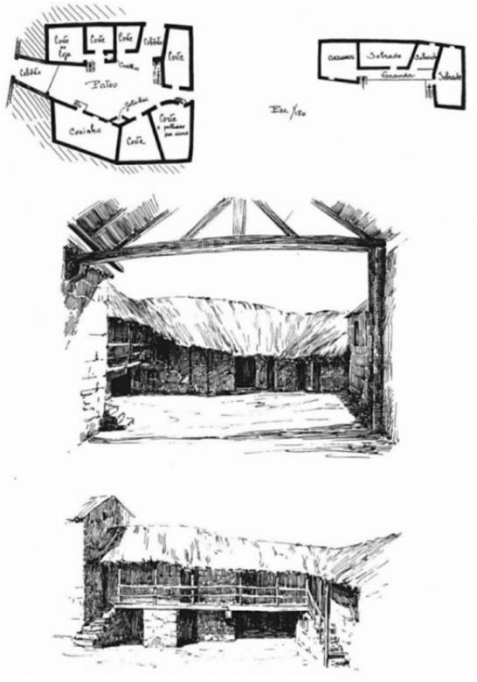
> "A cozinha fica ora no térreo ora no andar; a escada de acesso ao andar, geralmente exterior, é também de pedra e remata numa **varanda aberta, de pau, que serve de logradouro ou por vezes de local de sequeiro de cereais ou de arrumos, assente sobre pilares, cachorros salientes ou pontas de trave, ou num patim, que em casos mais ricos e em certas partes – em Coimbra, na Maia, etc. – é alpendrado** ; e existe também além desta, muitas vezes, escada interior de madeira." (Oliveira; Galhano, 1992, p. 18 – grifo dos autores)

Na região serrana de Trás-os-Montes a casa rural tem um significado particular:

> "De fato, cada família é uma casa; em muitos sítios mesmo um sistema especial de morgadio, em vista ao equilíbrio dos recursos escassos, impediu a multiplicação das famílias, e a sua subordinação à casa; é a casa que tem parte na« vezeira » e nas « juntas », ou «conselhos» dos vizinhos, onde se delibera sobretudo que interessa à vida da comunidade; **a unidade é a casa, representada pelo seu chefe. Desse modo, integrada na aldeia, mergulhada no tempo, a casa serrana, como expressão palpável e viva duma realidade material, histórica e social, toma toda a sua**

verdadeira importância e sentido mais fundo”. (Oliveira; Galhano, 1992, p. 119 – grifo dos autores)

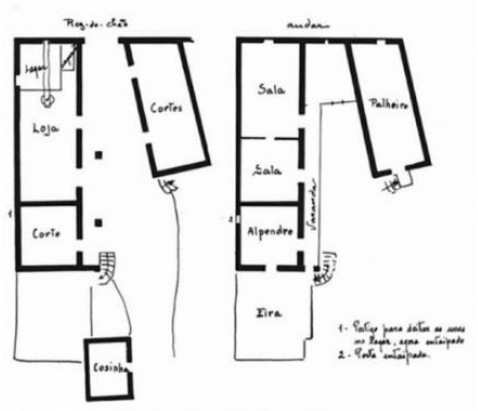
Figura 6: Boticas, Campos, casa pátio rural



Fonte: Oliveira, Galhano (1992)

Figura 7: Celorico de Basto, casa pátio rural

Des. 2 – *Celorico de Basto; Carvalho, casa de Lamas*



Fonte: Oliveira, Galhano (1992)

Significado do uso

"Quais os desígnios e finalidade de uso que justificam este projeto." (Baker, 1998)

Na região de Torres Vedras, na metade do século XVIII é comum um modo de vida, espelhado materialmente nas casas senhoriais que construíram fisicamente o território definindo limites político-administrativos a partir de sua identidade em territórios fortemente ligados a atividades rurais de colinas de relevo suave e vales férteis em relações de vassalagem na qual senhor de um lugar era quem hierarquizava e promovia uma quinta autossuficiente que resultaria em aglomerados urbanos posteriores.

> " [...] **um disperso conjunto de pequenos assentamentos rurais e de antigos aglomerados urbanos e proto-modernos de matriz rural, assentamentos que, pouco a pouco, foram recaracterizando a fisionomia de territorialidade rural e arquitetônica da região de Torres Vedras**. Deste modo, tendem a efetivar-se paralelamente múltiplas realidades que começam a transformar **a antiga ordem hierarquizadora da territorialidade rural, pois, agora, a par de alguns grandes domínios senhoriais cujo núcleo edificado se caracteriza normalmente por uma relação de isolamento e autossuficiência face aos pequenos aglomerados habitacionais limítrofes, vamos assistir durante este período o despoletar efetivo de uma burguesia rural que vai reconfigurar, social e morfologicamente, a conformação arquitetônica dos lugares**. (Feliciano; Leite, 2016, p. 280 – 281 – grifo dos autores)

Estes conjuntos edificados de casas senhoriais em unidades autossuficientes em Torres Vedras apresentam características associadas a tipologia do pátio:

> [...] De fato, **o pátio posterior à casa tende assim a ser coerente com a necessária auto-suficiência que estas casas teriam que possuir enquanto estruturas relativamente autônomas de produção**, pois era em torno da centralidade deste lugar que aconteciam as atividade socialmente menos valorizadas, como eram as pragmáticas vivências diárias de uma Quinta, que conciliava atividades de lavagens com a criação de animais domésticos ou com as atividades da lavoura que, mesmo que pontualmente, requeriam muita mão de obra para algumas das suas atividades." (Feliciano; Leite, 2016, p. 281– grifo dos autores)

Do ponto de vista urbano, a arquitetura tradicional portuguesa diferencia os sobrados urbanos e as casas rurais urbanas, o primeiro consiste em uma casa esguia, estreita e alta com o rés do-do-chão para o comércio e o andar nobre para habitação, enquanto que, as casas largas e baixas de ampla fachada horizontal, rés-do-chão e andar representam a casa nobre inspirada em palácios da classe abastada que afirmava prestígio e domínio na cidade transferindo o conceito da casa senhorial de campo, como uma residência e espécie de solar à beira-rua. (Oliveira; Galhano, 1992, p. 393)

Esta estratégia de matriz de territorialidade com as quais Francisco Jorge teve contato na região dos saloios de Lisboa e em Torres Vedras e advém do século XVIII:

> "Com efeito, **as casas das novas "quintas de produção",** vão assim ser formalizadoras a partir de novas prioridades estabelecidas pelas razões a elas subjacentes, **que assim vão tendencialmente conformar e procurar implantar as principais estruturas edificadas, nomeadamente a casa principal e respectivos edifícios de apoio agrícola, numa efetiva relação de proximidade, ou mesmo de implantação no tecido protourbano dos pequenos aglomerados, sendo responsáveis não só pela redefinição urbana dos mesmos como contribuindo para a caracterização arquitetônica de novos conjuntos edificados.** (Feliciano; Leite, 2016, p. 281 - grifo dos autores)
>
> Fugindo um pouco a implantação da casa senhorial da Região, pois o modelo mais característico das principais quintas utiliza a tipologia da 'casa comprida', por vezes rematada por uma capela, a casa da Quinta do Deserto desenvolve neste caso específico uma **outra morfologia urbana caracterizada pela formação de um terreiro fronteiro à implantação da habitação, funcionando este como extensão do adro da 'nova igreja' de Santa Maria Madalena, terreiro que nestas estruturas protourbanas era o local 'vazio' que muitas albergava feiras e romarias, denotando por isso a importância da casa da quinta como referente urbano e simbólico do aglomerado**, realidade que é parcialmente confirmada pela localização na tradicional Feira do Mato, que acontece ainda hoje sazonalmente no final de Agosto. (Feliciano; Leite, 2016, p. 283 - grifo dos autores)

Plástica

> "Expressão plástico formal dos espaços quer sejam internos ou externos." (Baker, 1998)

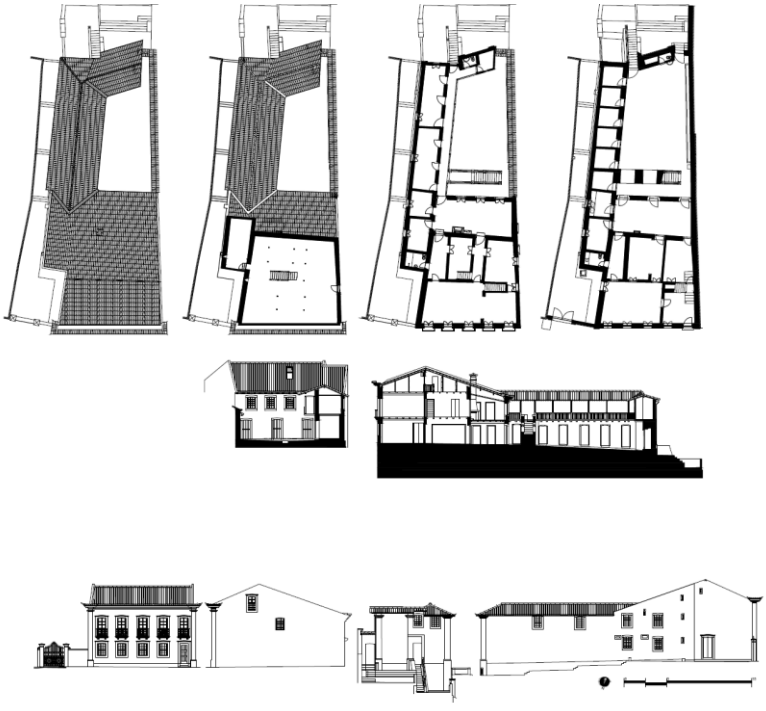
O imóvel caracteriza-se como casa-pátio sobrado com predominância de aspectos da casa rural do Norte de Portugal [Figuras 6 e 7] e a presença marcante de cantaria em pedra granítica e varanda transmontana no patim com acesso por escada de pedra e voltado para o Poente e dispondo-se no sentido Sul-Norte. Enquanto que o sobrado apresenta na sua face para a rua principal aspectos das casas senhoriais características das Quintas agrícolas da região de Torres Vedras de proporções mais amplas e modulação dos vãos e modestos ornatos; de modo, particular, esta fachada sofreu maior interferência por critérios estéticos e sua condição à beira-rua e difere de sobrados urbanos que são estreitos e altos em sua generalidade.

A fachada interna do pátio de pedra pode em algum momento ter sido acessado pelo Beco do Jorge e certamente o imóvel atual da padaria integrava o conjunto de edificações que se voltavam para o pátio assim como a adega das quintas de Torres Vedras, ou seja, unidades de

produção agrícola que influenciaram a formação de aglomerados urbanos na metade do século XVIII.

Sua genética incorpora elementos da casa rural minhota e transmontana com o pátio celeiro com habitação no pavimento superior e secadouros no patim voltado para o poente, além da escada em pedra e a cozinha. Como um grande celeiro autossuficiente, rural e fortificado com aspectos de castros pré-romanos e casa senhorial medieval, o imóvel apresenta espaços que provavelmente podem ter abrigado escravizados, evidentemente no pavimento superior, ou junto das mercadorias e que certamente, corresponde a apropriação de uma tipologia tradicional portuguesa que associava a estocagem de mercadorias e dormitório dos trabalhadores. O uso dos celeiros como dormitório dos escravizados viria a caracterizar o que popularmente ficou conhecido como senzalas no Brasil mesmo que não tenham sido a sua finalidade tipológica primitiva.

Figura 8: Arquitetura do Casarão José Rufino



Fonte: Muraro, Pernambucano (2024)

Estrutura

"Geometria e inter-relação entre partes". (Baker, 1998)

Os dados das técnicas construtivas do imóvel integram o Laudo Arquitetônico e Arqueológico para o Projeto de Restauro do Casarão José Rufino em 2024, elaborado para reparação de danos em pisos que foram removidos. Os estudos visavam respaldar as decisões projetuais do imóvel durante as obras. De modo preliminar, as prospecções das técnicas construtivas associam alvenarias em pedra granítica [figura 8], inclusive cantaria e associado a outros elementos em alvenaria de adobe, e que serão numa etapa posterior sintetizadas em estudos comparativos com tipologias semelhantes de espacialização dos ambientes.

Figura 9: Análise das caixas murais do Casarão José Rufino

Fonte: Muraro, Pernambucano (2024)

> "Esquema estrutural do Casarão José Rufino: corpo da casa em alvenaria de pedra (verde), exceção feita para a fachada NO (vinho), voltada para a Praça Pedro Américo em tijolos maciços. Corpo sacado onde estão as "senzalas" em alvenaria de tijolos (vinho) conforme pesquisas arqueológicas da arquitetura. A linha interna (marrom) corresponde à parede entre a cozinha (T15) e a parte fronteira e abriga alvenaria de pedra de mesmas características gerais." (MURARO, PERNAMBUCANO, 2024, p. 21)

CONSIDERAÇÕES

> ""[...] ação conjunta dos múltiplos fatores que indicámos – naturais e humanos, económico-sociais e etno-históricos (estes últimos em especial pelo mecanismo daquilo a que Jorge Dias deu o nome de lei da afinidade, que, na interpretação dos fenómenos de cultura, relaciona o homem com o meio, explicando o progresso ou o regresso das formas culturais de povos imigrantes pela maior ou menor afinidade existente entre as condições ambientais gerais da sua pátria de origem e as das terras onde se instalaram)" (Oliveira; Galhano, 1992, p. 14)
> "Em todo caso, a esta altura já deve estar claro por que a expressão "mentalidade coletiva" seja preferível a também pouco satisfatória expressão "cultura popular"." (Ginzburg, 2006, p.25)

Na Paraíba, a estrada no dorso da Serra da Borborema conectava tropeiros e mercadorias do litoral ao sertão e bifurcava-se em direção ao Cariri e Seridó. Francisco Jorge, adquire as propriedades às margens sul desta estrada e edifica em 1818, sua casa senhorial, auto-

suficiente e autônoma aos modos dos sistemas das quintas de sua terra natal, Torres Vedras - Portugal, ao mesmo tempo em que, voluntariamente se ofereceu para fazer todas as despesas à criação de uma Vila. Neste lugar construiu o primeiro sobrado, armazéns, oficinas, casa de câmara e cadeia e uma rua inteira de casas no povoado com o beco do Jorge ao centro.

Eleito por unanimidade como primeiro capitão-mor da Vila Real do Brejo de Areia. Posto que ocupou por setenta dias após ser denunciado "*por não possuir requisitos de nobre"* e ser analfabeto, sendo deposto da patente para seu adversário, Bartolomeu da Costa, proprietário das terras ao norte da estrada.

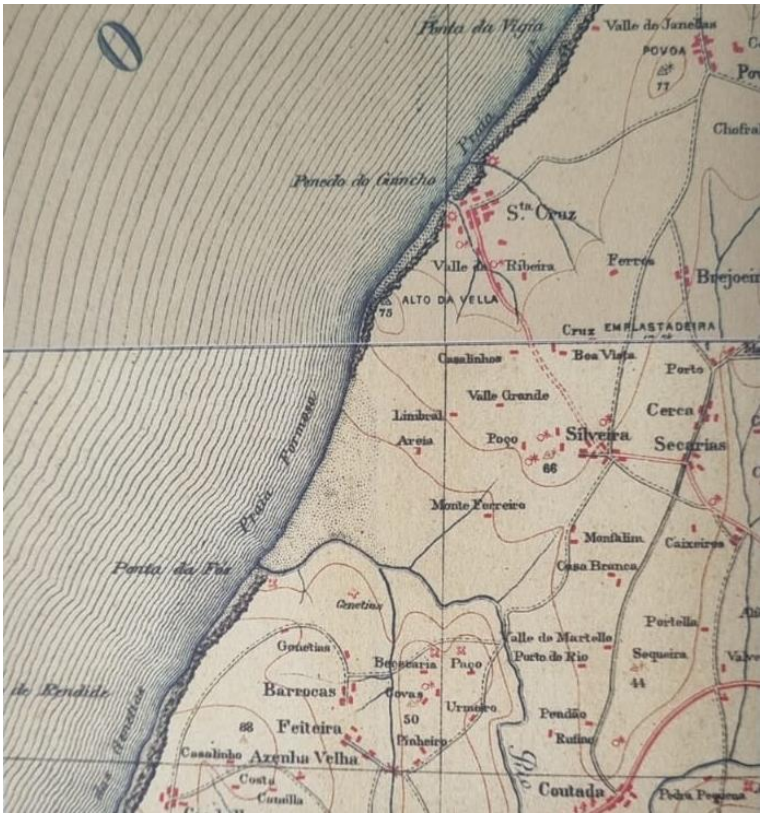
A sua presença e aspirações influenciaram a definição urbana de implantação da vila porque o centro ou grande praça onde localizam-se a igreja, a casa de câmara e cadeia e as representações administrativas estão nas imediações das suas propriedades, além do seu sobrado de morada estar implantado em situação privilegiada neste largo. Outro fator importante a considerar, é que as datações de ocupação urbana da vila entre 1801-1850 (Moraes, 2008) correspondem à sua vida em Areia. A casa é o mote nos dois momentos no processo historiográfico, na sua concepção original para residência do pretenso capitão-mor aos moldes da tipologia rural portuguesa, e de apropriação como monumento histórico através da memória social. A morada de Francisco Jorge representa as atividades entre o rural e o urbano, a ação direta da implantação em destaque urbano na conformação da cidade conforme apontam os documentos; e na arquitetura propriamente dita da casa-sede.

Natural da Cerca em Torres Vedras, região saloia de Lisboa, ou seja, de abastecimento de produtos agrícolas. Cresceu em uma localidade de atividades ligadas à agricultura e situado entre Brejenjas e a Quinta da Areia [figura 10 e 11]. O nome da cidade no Brasil está associado à presença do riacho de Areia e que tem coincidentemente o mesmo nome do seu lugar de origem. Não se sabe ao certo mas possivelmente por sua influência política e desejo de permanecer neste lugar possa ter interferido na escolha do nome para Villa Real do Brejo de Areia, Brejo de Areia e hoje, a cidade de Areia. "Ao redor desta casa, nasceu uma cidade".

Este artigo integra os estudo de tese de doutorado no PPGAU UFRN sobre a casa como matriz de territorialidade na fundação da Vila Real do Brejo de Areia no início do século XIX.

"Porque se chamava moço
Também se chamava estrada
Viagem de ventania
Nem se lembra se olhou pra trás
Ao primeiro passo [...]
Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem"
(Márcio Borges, Lô Borges, Milton Nascimento. Clube da Esquina nº 2)

Figura 10: Mapa da Região da Quinta da Areia, Silveira, Torres Vedras



Fonte: Junta de São Pedro da Cadeira (séc. XIX)

Figura 11: Quinta da Areia com a Silveira e a Cerca em segundo plano

Fonte: Eunádia Cavalcante (2024)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Elpídio de. **Fragmentos da história de Areia**: sua primeira câmara, a nomeação do primeiro capitão- mor. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba: João Pessoa/PB, 1937. v. 9. pág. 9 a 14.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1980.

Freguesia de São Pedro da Cadeira - Torres Vedras. **Arquivo Ultramarino de Lisboa**.

Projeto Resgate - Paraíba. **Arquivo Ultramarino de Lisboa**.

BAKER, Geoffrey H. **Le Corbusier**: uma análise da forma. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CAJU, Náhya Maria Lyra. CAVALCANTI FILHO, Ivan. **O patrimônio arquitetônico de Areia**: um inventário. João Pessoa: Idéia, 2005.

COSTA, Lucio. **Documentação necessária**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, p. 31-39, 1937.

FELICIANO, Ana Marta. LEITE, Antônio Santos. **A casa senhorial como matriz de territorialidade: a região de Torres Vedras entre o tempo Medieval e o final do Antigo Regime**. Torres Vedras/PT: Câmara Municipal de Torres Vedras, 2016. 335 p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINS, C. Estevão D'Àvila. **A criação da Vila Real do Brejo de Areia e o ouvidor André Alvares Pereira Ribeiro Cirne**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba: João Pessoa/PB, 1948. v. 11. pág. 69 a 74.

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. **Areia - Paraíba**: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX). Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: UFPE, 2008.

MOREIRA, KLEBER. **Breve histórico do Solar José Rufino**. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. Recuperação e revitalização do Sobrado/Casarão José Rufino: bem histórico e arquitetônico da Cidade de Areia Patrimônio Cultural Nacional. João Pessoa: Poder Judiciário, 2007.

MURARO, Carmen. PERNAMBUCANO, Ulisses de Melo Neto. **Projeto Casarão José Rufino, 2024**. IPHAN 01408.000019/2023-31.

NOTA TÉCNICA nº 3/2023/ETA-PB/IPHAN-PB. **Dossiê Francisco Jorge Torres e a localidade de Areia/PB no século XIX**. 01408.000025/2023-98.

NOTA TÉCNICA nº 5/2023/ETA-PB/IPHAN-PB. **Arquitetura da residência de Francisco Jorge, atual Casarão José Rufino.** 01408.000025/2023-98.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. GALHANO, Fernando. **Arquitectura tradicional portuguesa**. Lisboa: Etnográfica Press, 1992.

SMITH, Robert Chester. **Arquitetura Civil do período Colonial**. In Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, MEC, 1969, p. 27-125. Reeditado em Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira. Rio de janeiro, MEC, 1979, p. 213-326